

CRIMES NA UTI/ PCDF acelera a investigação da morte de três pacientes no Hospital Anchieta e, com a conclusão, um segundo procedimento será instaurado para identificar possíveis novas vítimas. Famílias de outros pacientes mortos pedem apurações

Polícia prepara abertura de um novo inquérito

» DARCianne Diogo
» LETÍCIA MOHAMAD

A primeira fase da investigação contra os técnicos de enfermagem presos por supostamente matarem três pacientes no Hospital Anchieta é encerrada. A busca por possíveis outras vítimas continua. Marcos Vinícius Silva Barbosa de Araújo, 24 anos; Amanda Rodrigues de Sousa, 28; e Marcela Camilly Alves da Silva, 22, passam agora a ser alvo de uma triagem ampliada da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), que analisa denúncias encaminhadas por familiares de pacientes teriam sido atendidos por eles.

O inquérito em curso depende de elementos considerados centrais para ser concluído e encaminhado ao Ministério Público. Para os investigadores, não há dúvida de que os três profissionais de saúde agiram para matar a professora aposentada Miranilde Pereira da Silva, 75; o servidor dos Correios Marcos Moreira, 33; e o servidor da Caesb João Clemente, 63. A expectativa, agora, recai sobre os mais de 20 laudos periciais em andamento, sobretudo os extraídos de celulares e notebooks apreendidos nos endereços dos investigados.

Segundo a polícia, o material pode revelar trocas de mensagens suspeitas entre os técnicos, indicar a existência de outras vítimas e até expor registros em foto ou vídeo relacionados aos crimes. Marcos, Amanda e Marcela foram presos temporariamente em 12 e 15 de janeiro, por um período inicial de 30 dias. A medida pode ser prorrogada por igual prazo ou convertida em prisão preventiva, a depender da decisão judicial.

Enquanto os investigadores da Coordenação de Homicídios e Proteção à Pessoa (CHPP) aguardam a conclusão das perícias e aceleram para fechar o inquérito, familiares de pacientes que morreram durante internações em hospitais onde Marcos trabalhou passaram a procurar a polícia. Os relatos seguem um padrão semelhante: segundo os parentes, as vítimas deram entrada no Hospital Anchieta, foram atendidas por Marcos e morreram após paradas cardíacas súbitas.

A PCDF informou não haver, até o momento, um número consolidado de ocorrências registradas após a prisão de Marcos. O delegado-chefe da CHPP, Wislei Salomão, explica o desdobramento. "Vamos instaurar um novo inquérito policial para apurar se outras mortes podem ter sido provocadas por eles. Mas não há nada comprovado. Estamos apurando todos os fatos relatados por famílias que nos procuraram. É algo preliminar, que exige aprofundamento na investigação", frisou.

As apurações também foram expandidas a todos que trabalham nos 100 leitos da UTI do Anchieta, a fim de apurar se há mais profissionais de saúde suspeitos de envolvimento nos crimes. "Todos que trabalhavam no leito são investigados. Mas, por enquanto, não há ninguém mais específico. Os autores também não detalharam a participação de mais pessoas, mas este é o procedimento", destacou o delegado.

Desconfiança

A rotina de internação de Rosangela Mendes no Anchieta, 55, iniciada em janeiro de 2025 para tratar uma pneumonia, foi marcada por episódios que a família, agora, interpreta como sinais de alerta. Segundo a filha dela, a fonoaudióloga Letícia Mendes, 32, a mãe demonstrava um temor crescente no espaço e chegou a confrontar a equipe sobre falhas no atendimento, como a solicitação médica de exames e medicações que não lhe eram informadas e até uma sonda urinária mantida fechada — o que, de acordo com a própria paciente, à época profissional da área de saúde, poderia causar infecção.

"Ela deu a entrada no hospital em 2 de janeiro para uma consulta de rotina

Reprodução/Câmeras de segurança



Câmeras de segurança da UTI mostram o técnico de enfermagem a uma das reanimações que resultaram em morte

Arquivo Pessoal



Morta em janeiro de 2025, Rosangela Mendes pode ter sido outra vítima

Redes sociais



Marcos Moreira, João Clemente e Miranildes da Silva são as vítimas confirmadas

Reprodução/Redes sociais



Os técnicos de enfermagem Marcela, Marcos e Amanda estão presos

e não saiu mais. Durante as idas e vindas na UTI, foi ficando com muito medo, principalmente de ser intubada e sequer conseguia dormir. Não queria ficar sozinha. Pouco antes de morrer, pediu que solicitássemos uma autópsia, caso ela não resistisse", relata Letícia, apontando a desconfiança da mãe diante dos procedimentos médicos. Na ocasião do falecimento, exausta pelo desgaste emocional, a família optou por não realizar o exame. No atestado de óbito, constava "sepse não especificada".

Após a divulgação da operação policial

que prendeu os técnicos de enfermagem, o sentimento de arrependimento por não ter feito a autópsia deu lugar à necessidade de respostas. A filha, que havia solicitado o prontuário da última semana de internação meses antes para tentar entender o desfecho do quadro, agora, vive o luto pela segunda vez. "Quando vi a notícia na segunda, foi muito difícil. Desde então, eu chorei muito, não consigo comer direito. Fica a dúvida: será que de fato abreviaram a vida da minha mãe?", questiona. Letícia registrou um boletim de ocorrência na terça-feira (20/1). O objetivo,

inicialmente, é ter acesso ao prontuário para averiguar se um dos suspeitos presos teve acesso à mãe durante a internação, processo que, juntamente com a liberação das imagens das câmeras de segurança, leva até 30 dias. Rosangela, segundo descreve a filha, amava a vida, gostava do trabalho no Hospital de Ceilândia e de curtir um pagode. Os melhores momentos que passava eram ao lado da família. "Era intensa em tudo que fazia. Os três netos eram a vida dela", diz Letícia.

"A minha expectativa, agora, é que tudo seja apurado com seriedade, de forma

Editor: José Carlos Vieira (Cidades) josecarlos.df@dabr.com.br e
Tels.: 3214-1119/3214-1113
Atendimento ao leitor: 3342-1000 cidades.df@dabr.com.br

"Condutas gravíssimas"

A Associação de Medicina Intensiva Brasileira (Amib), que representa os médicos intensivistas do país, divulgou uma nota em que define como "condutas individuais gravíssimas" os crimes dos quais são suspeitos Marcos, Amanda e Marcela. A Amib reforçou que UTIs são ambientes altamente regulados por protocolos assistenciais e que os episódios recentes ocorridos no Distrito Federal não refletem a prática cotidiana nessas unidades, tampouco o trabalho da enfermagem e das equipes multiprofissionais. Por fim, disse que acompanha os desdobramentos do caso e manifestou solidariedade às famílias das vítimas.

O Conselho Regional de Enfermagem (Coren-DF) também se manifestou e iniciou uma apuração preliminar após a prisão dos técnicos de enfermagem. Além disso, está protocolando um pedido formal de acesso aos autos, "a fim de acompanhar os desdobramentos dentro dos limites legais", disse, em nota. Conforme o que for apurado, a penalidade aos envolvidos pode ir de uma advertência até o cancelamento permanente do registro profissional.

O Hospital Anchieta emitiu, ontem, uma nova nota, que esclareceu que identificou atitudes e comportamentos atípicos dos profissionais e levou o caso à polícia. "Trata-se de um ato criminoso, isolado e individual, praticado por pessoas que agiram à margem da ética, da medicina e da lei, dentro de uma unidade de saúde." Destacou que, a partir das suspeitas, agiu de forma imediata e diligente, fez apurações, afastou e desligou os envolvidos.

O Anchieta frisou, ainda, que figura no caso na condição de denunciante/vítima, e não de investigado, "colaborando continuamente com as apurações policiais, para que os verdadeiros responsáveis pelos atos criminosos e individuais praticados à sua revelia sejam exemplarmente punidos". Finalizou dizendo que dispõe de protocolos rigorosos de segurança, controle assistencial e compliance, além de manuais e rotinas consolidadas.

técnica e responsável. Eu não busco culpados antecipadamente, busco respostas. Quero entender o que aconteceu, ter acesso às informações e poder, como filha, ter paz. A investigação é importante não somente para mim, mas para que outras famílias não passem por situações parecidas", declarou.

Defesa

Pela primeira vez, a defesa do técnico de enfermagem Marcos Vinícius se manifestou. Segundo a nota, enviada pelo advogado Marcus Martins, parte das informações veiculadas pela mídia correspondem a "narrativas especulativas" que antecipam indevidamente juízo de culpa. Os fatos veiculados, conforme foi declarado, são uma "afirmação às garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa".

Além disso, o advogado sustentou que as informações divulgadas acerca da vida pessoal do investigado seriam inverdicas, "configurando distorções que apenas contribuem para a formação de juízo público equivocado". Marcus Martins reforçou estar tomando todas as medidas jurídicas cabíveis, no que se refere à apuração de eventuais abusos e divulgações indevidas, as quais serão analisadas e tratadas pelas vias legais adequadas.